

ANTONIO CONSELHEIRO E OS ESCRAVOS

José Calasans

Hoje, 5 de outubro, completam-se 91 anos do término da Guerra de Canudos. A cruenta campanha concluiu-se com o arrasamento total do Arraial do Belo Monte, onde o beato Antonio Conselheiro, já então falecido, reunira os seus seguidores para resistirem a quatro expedições militares. O episódio de Canudos é o tema deste artigo do professor José Calasans.

Antonio Vicente Mendes Maciel, historicamente conhecido por Antonio Conselheiro, viveu durante cerca de um quarto de século, de 1874 a 1897, no centro das províncias de Sergipe e Bahia, onde desfrutou de extraordinário prestígio no seio das populações sertanejas. Na longa fase do seu peregrinar sertanejo, acontecimentos diversos abalaram a vida nacional, todos eles sucedidos no litoral dito civilizado, mas com repercussão no interior do País. tivemos a questão religiosa, as leis abolicionistas, a proclamação da República, a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, a Constituinte de 91, o golpe de Estado de Deodoro, a luta civil no Rio Grande do Sul, a Revolta da Armada, a inflação. Lógico que tais acontecimentos haveriam de repercutir nos sertões nordestinos apesar da separação e mentalidade existente.

Acontece que numa região dominada pelo latifúndio representado pelos coronéis, seriam eles e seus quase sempre aliados, os vigários das diversas freguesias, as lideranças encarregadas de traduzir, digamos assim, para as populações incultas e pobres aqueles fatos citadinos. Parece que, de relação às transformações políticas, os coronéis se portaram logo como bons adesistas e continuaram mantendo suas posições e seu prestígio, com a República conservaram em suas mãos poderosas a intendência, a delegacia de polícia, as nomeações dos professores e dos poucos cargos públicos de cada município. Como não eram muitos os partidários da República, no ano de 89 e na sua maioria, uns poucos

representantes da classe média, ou senhores de escravos que perderam seus negros em 88 foram inscrever-se, como ocorreu em Sergipe e provavelmente em outras províncias, nos recém-criados Clubes Republicanos, o poder municipal ficou nas mãos dos velhos chefes, conservadores ou liberais, que arrebanhavam seus eleitores para votarem nos constituintes eleitos em 1890.

Já de relação aos curas, porém, se esboçou uma reação contra o Regime de 15 de novembro, sobretudo por causa da separação da Igreja do Estado, do casamento civil, do perigo que jamais se concretizou, da perda da cônica que o Estado pagava aos sacerdotes.

Embora a elite episcopal, num pronunciamento coletivo, houvesse aceito de bom grado a nova situação, o padre vigário, aqui e ali, andou combatendo a República, que parecia vinculada à Maçonaria. Antonio Conselheiro teria sido influenciado por tal ponto de vista.

Ora, nesta fase, na década de 90, o poder maior era do Bom Jesus Conselheiro, cuja palavra, cujos conselhos os sertanejos ouviam religiosamente. Os próprios padres, na região delimitada pelos rios Vaza-Barris e Itapicuru, sobretudo, tinham amargas queixas da liderança que o peregrino cearense exercia sobre as populações consideradas católicas. O Santo Conselheiro, que foi no início de suas pregações apegado apenas aos princípios religiosos, aos textos bíblicos, tornou-se, com o correr dos tempos, um conselheiro a respeito de aspectos sociais e políticos da vida brasileira. Tornou-se um inimigo declarado e atuante dos maçons, dos protestantes e dos republicanos. Resolveu não aceitar, de forma alguma, a República, obra do demônio, que por si mesma estava definida: re-pública.

Pelo visto, Antonio Conselheiro reagiu contras as principais mudanças de sua época. A propósito da República, as provas são inúmeras, não apenas transmitidas pela tradição oral. Mas também escritas, no livro manuscrito do Conselheiro, encontrado pelo então estudante de Medicina, João de Souza

Pondé, e publicado pelo escritor paulista Ataliba Nogueira. Era também contra o casamento civil. Há, porém, uma das mudanças que mereceu seu apoio bem claro: a abolição do cativeiro. A assertiva nos leva a considerar o relacionamento de Antonio Maciel com os ex-escravos, os denominados “treze de maio”, que ficaram em situação difícil após a “Lei Áurea” e teriam encontrado no séquito do Conselheiro, ao qual se agregaram, um amparo bem confortador.

Euclides da Cunha não observou a presença do ex-escravo no grupo conselheirista. Gilberto Freyre, porém, embora sem citar um caso concreto, escreveu em *Ordem e Progresso*: “Alguns destes escravos se tornaram nostálgicos de Monarquia: saudosos da princesa Isabel e é possível que fossem ex-escravos assim desajustados os negros que se uniram aos devotos brancos e caboclos de Antonio Conselheiro, gente realmente pastoril em suas normas de vida e por conseguinte desconfiada de tudo quanto fosse progresso industrial animado pela República, em sua luta contra o Exército Republicano, de algum modo, a lutar pela restauração da monarquia. Aspecto sociológico daquela luta de soldados da República, que parece ter escapado ao engenheiro sociólogo **Euclides** da Cunha.

O fenômeno era perfeitamente explicável. Em número avultado, os antigos escravos não queriam permanecer no lugar onde haviam sido obrigados ao cativeiro. Sabemos de inúmeros fatos a tal respeito. Ninguém desejava ficar enclausurado nas senzalas. Em Sergipe, os negros queriam viver em “casa que tivesse janela e porta de fundo”. Em Santo Amaro-BA, contou-nos o saudoso amigo Agnelo Brito, comerciante em Salvador, haver ouvido, em sua infância, ex-escravos falando e aguardando a “alforria da terra” que deveria acompanhar a alforria do homem, tão festejada naqueles dias de 88.

A “alforria da terra”, a reforma agrária, não veio e talvez por isto muitos antigos cativos acompanharam o Conselheiro na sua marcha e estabelecimento em terras do povoado de Canudos, rebatizado, então, com o nome de Belo Monte. Porque,

em verdade, houve chão para todos no arraial, onde chegaram a ser construídas mais de 5.200 casinhas de taipa, abrigando cerca de 25 mil pessoas, embora, em muitas habitações morassem pessoas de posse, gente abastada, velhos moradores do lugar, como Antonio da Mota e Joaquim Macambira ou astutos recém-chegados, para citar Antonio Vilanova e seus irmãos. Não dispomos de dados comprobatórios, mas acreditamos haver-se localizado às margens do Vaza-Barris um grande número de ex-escravos e seus descendentes, na esperança de que ali encontrassem melhor acolhida do que em outro qualquer ponto onde eram apontados como marginais, desocupados, perturbadores da ordem. As desordens atribuídas aos “treze de maio” figuram com frequência no noticiário de imprensa e na poesia popular antinegra, fértil em algumas regiões do Brasil.

k é letra decadente
Meu pai assim me dizia
É como o *13 de maio*
Mesmo depois da alforria

Nasceu periquito
Virou papagaio
Não quero negócio
Com *treze de maio*

O Conselheiro, que era sempre atencioso com os humildes, tendo afirmado, certa feita, ao seu colega de aula, o jornalista João Brígido dos Santos, que iria aonde fossem os desafortunados, deve ter acolhido com carinho os ex-escravos, muitos dos quais se tornaram uns nômades depois da Lei Áurea, não querendo ficar onde haviam vivido no sistema servil; e não encontravam trabalho adequado nos lugares para onde se dirigiam, com meios de pagamento escassos. Demais, a capacidade de trabalho do recém libertado nem sempre atendia aos desejos dos novos patrões. De relação ao que teria ocorrido em Canudos, assunto que vimos aflorando há algum tempo, não conhecemos nenhum estudo ou simples apreciação que nos leve a afirmar significação quantitativa e qualitativa do ex-escravo no mundo mítico dos sertões. Jamais deparamos, salvo as informações

aqui registradas, informes colhidos no seio dos próprios jagunços, a respeito da presença de ex-escravo. Entendemos que muitos deles, vindos de pontos diversos, uns desconhecendo as origens dos outros, procurassem esconder sua situação anterior. Há, porém, elementos para afirmar a existência de um número bem elevado de *pardos, escuros, negros* em certos registros de batizados, sobretudo no livro destinado a tal fim na freguesia do Cumbe, anteriormente, Massacará. Quase todos os meninos levados à pia batismal às vésperas da luta, em fins de outubro e início de novembro, batizados pelo vigário Vicente Sabino dos Santos, em Canudos, são pardos. Pouco antes da guerra, portanto, a população parda era numerosa no Belo Monte, indicando que os meninos descendiam de casais vindos de outros lugares, como Itapicuru, Inhambupe, tucano, Soure etc, onde houvera apreciável número de escravos, trabalhando em engenhos e fazendas por ali localizados. Tantos homens de cor nos leva a supor que Canudos foi o último quilombo.

Uma pergunta se faz necessária. Que pensaria o Conselheiro a respeito da escravidão? Na tradição oral nada colhemos. Os jornais que lemos constantemente não mencionam, à época do abolicionismo, nenhum pronunciamento seu a propósito da momentosa questão. Apenas o delegado de Itapicuru, num ofício ao chefe de Polícia da Bahia, fez referência a um escravo fugitivo que se abrigara no séquito do Bom Jesus, e terminou sendo preso e trazido à capital em 1876. Manuel Benício, porém, jornalista do Jornal do Comércio, que esteve no sertão fazendo para sua gazeta a cobertura da guerra no livro de sua autoria, “Rei dos Jagunços”, depois de apontar a linha conservadora do peregrino, disse: “A única reforma que encontrou sua aquiescência, mais tarde, em 1888, foi a abolição dos escravos. Talvez porque grande porção de quilombos e macumbeiros fizessem parte de sua errante cruzada”. No seu referido trabalho, uma crônica meio histórica, meio ficção, Benício se refere a “trabalhos” de mandingueiros efetuados nas andanças do místico cearense. Há, porém, ao lado do pronunciamento do barão já citado noutra ensejo, uma importante declaração anônima, publicada durante a guerra, que esclarece o tipo de relacionamento

Conselheiro – escravo. Ela aparece no Diário de Notícias da Bahia, de 31 de setembro de 1897. Diz a nota, longa por sinal, atribuída a um italiano que trabalhara na estrada de ferro Salvador – Timbó: “Veja como este povo”, declarou o Conselheiro, “na sua quase totalidade escravo, vive pobre e miserável. Veja como ele vem de quatro e cinco léguas, para ouvir a palavra de Deus. Sem alimentar-se nem saber como se alimentará amanhã ele nunca deixa de atrair pressuroso às práticas religiosas, que eu, indigno servo de Deus e por ele amaldiçoado, iniciei neste local para redenção dos meus pecados”. O encontro ocorreu no lugarejo Saco dos Cavalos, depois Altamira, no Conde, onde durante o dia não havia quase ninguém, mas de noite começavam a chegar os escravos e às 8 horas mais de 2 mil pessoas enchiam a praça, todos escravos, e ficavam ouvindo a pregação às vezes até a meia-noite. O Conselheiro pediu ao italiano que arranjasse alimentação para seus ouvintes. Segundo o informante, Antonio Conselheiro distribuía “apreciáveis quantias” com as famílias mais pobres, naturalmente obtidas nas casas dos mais ricos senhores de engenho e negociantes mais generosos.

No seu livro manuscrito, “Tempestades que se Levantam no Coração de Maria por Ocasião do Mistério da Anunciação”, Antonio Vicente Mendes Maciel expendeu considerações a respeito da escravidão fixando bem seu ponto de vista abolicionista. O livro é de 1897, porém teria sido naturalmente esta sua maneira de encarar a importante questão social. Escreve: “Quantos (escravos) que morriam debaixo de açoites por algumas faltas que cometiam, alguns quase nus, oprimidos de fome e de pesado trabalho. O que direi eu daqueles que não levaram com paciência tanta crueldade que no furor ou decurso de sua infeliz vida se matavam? Chegou enfim o dia em que Deus tinha de por termo a tanta crueldade, movido de compaixão a favor do seu povo, ordena para que se liberte de tão penosa escravidão.” Foi cumprindo uma ordem do céu, consta ainda do texto, que a princesa Isabel libertou o cativo, até que provocou a reação daqueles a quem o povo escravo estava sujeito. Prosseguindo, faz o elogio de D. Isabel quando se

refere ao ministro que a adverte do perigo para o trono daquela atitude corajosa e humana a quem ela não ligou a mínima importância e assinou a Lei Áurea.

O comentário do autor de *Casa Grande e Senzala* é procedente, parecendo-nos, porém que em vez de “alguns destes escravos”, talvez se pudesse dizer “muitos destes escravos”. Pensamos que a presença do negro dito *13 de maio*, data por alguns discutida, foi bem maior do que Gilberto Freire admitiu. Basta lembrar de início que uma das ruas de Canudos era denominada dos negros, como aliás, havia outra conhecida por Rua dos Caboclos. Um parente e amigo do Barão de Jeremoabo, inimigo rancoroso do Conselheiro, que vivia às turras com os jagunços, escrevendo ao primo ilustre comentou, falando do grupo do Santo Conselheiro, “está com mais de 16 mil pessoas, povo miserável, tudo que foi escravo, tudo que é criminoso de todas as províncias”. Um outro amigo e correligionário político do barão, que morava em Tucano, donde saíram muitas pessoas para o Belo Monte, numa das suas cartas ao importante chefe conservador chegou ao exagero de dizer que aquela gente que acompanhava o Bom Jesus Conselheiro, “era quase tudo negro 13 de maio”. Diz o documento que li em mãos do Dr. Dantas Júnior, neto de Cícero Dantas Martins: “lá os vultos que estão desenvolvendo é o mesmo Conselheiro com seus sequazes d’entre eles estes soldados e desertores de diversos estados e o povo 13 de maio, que é a maior parte.”

O próprio Jeremoabo nos dá notícias da presença dos ex-escravos no acompanhamento do Conselheiro: “o povo em massa”, declarou Jeremoabo, “abandonava suas casas e afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho”. Este abandono do lugar onde labutavam, conforme o Dr. Cícero Dantas, deixou as propriedades sem condições de produzir, por falta de mão-de-obra.

No ano centenário da libertação dos escravos, o nome de Antonio Vicente Mendes Maciel, Antonio Conselheiro de alcunha, por tudo que vimos no desenvolver deste despretensioso artigo, bem merece lembrado, pelo papel que desempenhou a favor de milhares de brasileiros que tantos exploravam, humilhavam, faziam sofrer.